

O governo paralelo

Por detrás da declaração do ministro Dílson Funaro de que vai determinar imediata auditoria sobre a dívida externa existe a indisfarçável vontade de atingir o deputado Delfim Netto. Pelo menos, isso é o que o ministro da Fazenda insinua, ao dar a entender que o total de 108 bilhões de dólares só foi atingido mercê de gigantesca tramóia, que merece ser desvendada. A partir da auditoria, saber-se-á — assim espera o ministro — para onde se encaminhou cada um dos 108 bilhões de dólares, quanto se pagou de comissão e a quem, quanto houve de sobrepreço e em quê. Antes de enfrentar o inimigo externo e fixar-lhe as condições para que possam ser recebidos de novo como parceiros do Brasil, o ministro deseja saber o grau de pureza do dinheiro em que mete a mão.

Propósito louvável, evidenciado tardiamente, esse de restabelecer a verdade sobre o ponto a que se chegou no campo das contas externas. Louvável, mas perigoso — afinal, o ministro Dílson Funaro poderá descobrir que as contas estão certas, que as comissões são normais em transações desse tipo, e que não houve sobrepreço em coisa alguma. Com que cara ficará, então? Em 1930, quando ainda havia vergonha, os gaúchos que tomaram o poder mandaram abrir rigorosa sindicância (assim se chamavam as coisas naquela época) para apurar todos os escândalos da República Velha. Fez-se muita publicidade em torno do assunto; tanta, que quando não se conseguiu encontrar nada que justificasse a sindicância, o silêncio ficou extremamente incômodo e pesado para os promotores dela. Em 1937, antes do golpe, a Nação teve a resposta ao gesto moralizador dos revolucionários de 30: o sr. José Américo queria saber onde estavam os dinheiros públicos — e por seu destino não se podia responsabilizar a República Velha.

Na verdade, o ministro Dílson Funaro não pretende saber como se contraiu a dívida. Se quisesse sabê-lo, bastaria apanhar um avião da FAB — um Mirage, por exemplo, ou um F-5, comprados com créditos no Exterior — e voar pelo Brasil afora, fotografando tudo o que se construiu ao longo dos anos, não desde 1964, mas desde muito antes, em matéria de infra-estrutura, obras públicas ou privadas. Se lhe parecesse cansativa a viagem, deveria ir aos arquivos e anotar a sucessão de aumentos de nossa dívida. Nos arquivos do Banco Central está tudo registrado — ou a desorganização que atinge a política econômica brasileira refle-

te a falta de arquivos competentes? País burocrático por excelência, o que não falta no Brasil são arquivos; lá está a história da dívida externa — que começou, rigorosamente falando, com a Independência —, os períodos em que ela cresceu, os responsáveis por seu aumento, o destino de cada libra esterlina ou dólar, inclusive os que foram gastos com o programa nuclear do presidente Ernesto Geisel e com a importação de petróleo durante a crise que se seguiu a 1973 por inoperância do racionalismo que dirigia a Petrobrás.

O ministro Dílson Funaro não quer saber nada disso, porque está cansado de saber. Ou alguém poderá acreditar que somente agora, após um ano e meio ocupando o posto de ministro da Fazenda, é que s.exa. descobriu que existe alguma coisa de errado no tocante à dívida? A oportunidade com que levanta a questão e o alarde que promove em torno dela estão a indicar que s.exa. deseja afastar a atenção da opinião pública dos rumos a que sua política de confronto com o Exterior está levando o País. Quer encontrar um bode expiatório para seus erros — e que prato suculento esse, de poder dizer que houve corrupção porque se cobrava 1% de comissão pela rolagem da dívida externa, e que houve corrupção porque o governo brasileiro aceitou a regra dos juros flutuantes! No meu período, disse s.exa., não se pagou mais comissão! Portanto, é a conclusão lógica, no período anterior houve corrupção.

Tendo passado a época dos “fiscais de Sarney”, o ministro precisa descobrir outra brincadeira com que engodar o público — encarnará, então, o puritanismo de Cromwell ou de Robespierre, o Incorrupível. A guilhotina, afinal, foi feita para os outros, pensava o chefe jacobino até o 18 Brumário. Assim deve pensar hoje o ministro Funaro, para quem a Justiça é morosa neste país de corruptos.

A leitura das declarações do ministro da Fazenda realmente assombra, porque delas transparece nítida a impressão de que s.exa. se considera investido da missão de salvar o País daqueles que o corromperam. É pena que essa consciência tenha despertado mais de ano depois de haver assumido o posto, precisamente agora que começa a sentir que o terreno pode fugir-lhe dos pés, e que talvez tenha chegado o momento de explicar ao presidente da República que não é tão fácil assim escarnecer da comunidade financeira internacional. Não foi difícil safar-se da responsabilidade pelo malogro do Pla-

no Cruzado: os culpados são os comerciantes, os pecuaristas e os empresários em geral. Agora é preciso descobrir quem deve responder por essa situação desastrosa criada pela moratória. Para tanto, o ministro Funaro apelará para a auditoria, na esperança de apanhar algum banco estrangeiro em conluio sinistro com os governos passados — que contaram com o apoio irrestrito da Arena e do PDS, é bom que s.exa. se recorde.

Depois que a auditoria estiver pronta, que fazer? O ministro indica claramente o que vai acontecer: assim como, logo depois de assumir o Ministério da Fazenda, mandou apurar uma denúncia de corrupção, sendo o resultado encaminhado à Justiça, que até hoje não se pronunciou, é de esperar — concluímos nós — que a Justiça nada fará. A audácia com que o ministro avança juízos *a priori* para justificar o malogro de sua última manobra chega a surpreender: “Numa democracia, a Justiça não pode ser morosa, senão fica difícil acabar com a corrupção”. É Robespierre reencarnado que fala: a auditoria irá apurar corrupção, os autos irão para os tribunais e nada se fará! Donde ser necessário — falta apenas s.exa. acrescentar — estabelecer tribunais especiais, expeditos, populares, se possível!

O presidente José Sarney talvez não se tenha dado conta de que existe hoje um governo paralelo em Brasília: aquele composto de auxiliares seus que vão, dia a dia, criando fatos consumados dos quais o chefe do verdadeiro governo constitucional não consegue fugir. Não só não pode escapar, como é obrigado a coonestar. A auditoria da dívida externa é a última pedra lançada no caminho do presidente, que com ela deverá concordar, sob pena de aparecer como aliado dos inimigos da pátria, que pagavam comissão aos bancos internacionais para que renovassem a dívida externa em condições desfavoráveis ao Brasil. Se o presidente Sarney ousasse enfrentar o governo paralelo, poderia ao menos vir a público dizer que além da dívida de 108 bilhões os governos da Revolução e os que a antecederam criaram as condições para que o sr. Dílson Funaro administrasse — ao risco de levá-la a perder — a oitava economia do mundo livre. Terá o presidente, em sua solidão, a coragem de destruir a conjura dos cogulados que se reúnem no Ministério da Fazenda sob a proteção do proconsul, e cujo alvo final é reduzir-lhe o mandato, eliminar a economia de mercado e impedir a vigência da democracia?